

# RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO CONTROLE INTERNO

## RELATÓRIO

**Emitente:** Controladoria Geral do Município de Muniz Freire

**Gestor responsável:** Juliana de Paula Louzada

**Exercício:** 2016

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988 e o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, esse órgão de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

### 1. Procedimentos de controle adotados pelo controle interno

#### 1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto <sup>a</sup>
001	Renúncia de receitas – avaliação dos projetos	LC 101/2000, art. 1º, § 1º. Legislação específica.	Avaliar se os projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais estão sendo objeto de acompanhamento, avaliação de resultados e benefícios esperados em face das justificativas apresentadas para sua concessão.	NÃO SE APLICA AO FUNDO



002	Avaliação atuarial	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I.	Avaliar se o Regime Próprio de Previdência Social realizou avaliação atuarial inicial e têm realizado reavaliações atuariais em cada balanço, bem como, se têm realizado auditoria, através de entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.	<b>NÃO SE APLICA AO FUNDO</b>
003	Contribuições previdenciárias – recolhimento	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II.	Verificar se as contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e se os parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo recolhidas regularmente e se o registro contábil das contribuições dos servidores e do ente estatal está sendo realizado de forma individualizada.	<b>SIM</b>
004	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	<b>SIM</b>
005	Déficit orçamentário – medidas de contenção	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	<b>SIM</b>
006	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	<b>SIM</b>
007	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias	LC 116/2003, art. 6º. Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	<b>SIM</b>
008	Registros contábeis – normas brasileiras de contabilidade	Resolução CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	<b>SIM</b>
009	Despesa – realização de despesas – irregularidades	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	<b>SIM</b>
010	Despesa – realização sem prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	<b>SIM</b>
011	Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	<b>SIM</b>

*glens*

012	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	<b>SIM</b>
013	Despesa – desvio de finalidade	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	<b>SIM</b>
014	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	<b>SIM</b>
015	Despesa – subvenção social.	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	<b>SIM</b>

## 1.2 Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto <sup>b</sup>
016	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	<b>SIM</b>
017	Disponibilidades financeiras – RPPS – contas específicas	LC 101/2000, art. 43, § 1º.	Avaliar se as disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência social foram depositadas em contas específicas do Instituto de Previdência. Havendo criação de fundos específicos, avaliar se os recursos estão sendo mantidos e aplicados em seus respectivos fundos.	<b>NÃO SE APLICA</b>
018	Disponibilidades financeiras – RPPS – limites e condições de proteção e prudência nas aplicações	LC 101/2000, art. 43, § 1º. Lei nº 9.717/1998, art. 6, inciso IV. Resolução CMN nº 3.922/2010.	Avaliar se as aplicações financeiras dos recursos depositados nas contas específicas dos fundos de previdência observaram os limites e condições de proteção e prudência financeira de mercado e, em especial, seguindo as determinações do Conselho Monetário Nacional.	<b>NÃO SE APLICA</b>
019	Disponibilidades financeiras – RPPS – vedações	LC 101/2000, art. 43, § 2º.	Avaliar se as vedações especificadas no § 2º, do artigo 43, da LRF, foram observadas, quando da aplicação das disponibilidades financeiras do regime próprio de previdência.	<b>NÃO SE APLICA</b>
020	RPPS – registro contábil provisões matemáticas	LC 101/2000, art. 69. Lei 4.320/1964, art. 100. Resolução CFC nº 750/1993, arts. 6º e 10. Portaria MPS 21/2013 e correlatas.	Avaliar se o RPPS realiza escrituração contábil obedecendo as normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.	<b>NÃO SE APLICA</b>

*Galvani*



021	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se os créditos tributários não recebidos estão sendo objeto de inscrição em dívida ativa antes de sua prescrição e se a dívida ativa constituída está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.	<b>SIM</b>
022	Dívida ativa e demais créditos tributários – cancelamento	CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se houve comprovação do fato motivador para o cancelamento de dívida ativa e/ou demais créditos tributários, se houve previsão legal para a prática desses atos e se o impacto econômico-financeiro não comprometeu metas de resultados previstas na LDO.	<b>SIM</b>
023	Cancelamento de passivos	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	<b>SIM</b>
024	Registros bens móveis e imóveis.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	<b>SIM</b>
025	Registro de bens permanentes	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	<b>SIM</b>

## 1.2 Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base legal	Procedimento	Visto'
026	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	<b>SIM</b>
027	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	<b>SIM</b>

*flap*

028	Pessoal – contratação por tempo determinado	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	<b>SIM</b>
029	Pessoal – teto	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	<b>SIM</b>
030	Pessoal – subsídios	CRFB/88, art. 29, V.	Avaliar se a fixação e o pagamento dos subsídios ao Prefeito, ao Vice-prefeito e aos Secretários Municipais observaram o disposto no artigo 29, inciso V, da CRFB/88.	<b>SIM</b>
031	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	<b>SIM</b>
032	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	<b>SIM</b>
033	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	<b>SIM</b>

## 2. Auditorias realizadas

Não foram realizadas auditorias para subsidiar a emissão do parecer sobre as contas ora avaliadas, uma vez que o órgão de central de controle interno, até a presente data, é composto apenas pela Controladora Geral.

O artigo 16 da Lei Municipal nº 2.310/2013 fixou o prazo de 02 anos para a realização de concurso público objetivando o provimento do quadro de pessoal do Órgão Central de Controle Interno, o que não ocorreu devido ao alto índice de gasto com pessoal que impede o Município de realizar concurso público.

Desta forma, tornou-se totalmente impossível a realização de auditorias, uma vez que todas as atribuições do Órgão de Central de Controle Interno recaíram apenas sob a pessoa da Controladora Geral.

Diante da impossibilidade de realização de auditorias, esta Controladoria usou como meios de controle a análise dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), os Relatórios

Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e balancetes, com posterior emissão de Relatório de Controle Interno apontando suas conclusões da referida análise. No que diz respeito aos demais pontos de controle que não são possíveis avaliação através do RGF, RREO e balancetes esta Controladoria de ofício buscou informações junto as unidades executoras e quando da existência de irregularidades, relatou e solicitou providências ao Gestor.

### 3. Irregularidades constatadas

Dos procedimentos de controle realizadas por este Órgão Central do Sistema de Controle Interno, foram detectadas as irregularidades apresentadas na tabela a seguir:

Ponto de controle	Base legal	Irregularidade detectada
Contribuições previdenciárias – recolhimento	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II.	As contribuições previdenciárias que dizem respeito à obrigação patronal e os parcelamentos de débitos previdenciários foram recolhidas parcialmente.
Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Os passivos não são pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.

### 4. Proposições

Em face das irregularidades e/ou ilegalidades detectadas, essa unidade de controle interno apresentou, para o gestor responsável, as proposições e alertas sintetizados a seguir:

Ponto de controle	Irregularidade/ilegalidade detectada	Proposições/Alertas
Contribuições previdenciárias – recolhimento	As contribuições previdenciárias que dizem respeito à obrigação patronal e os parcelamentos de débitos previdenciários foram recolhidos parcialmente	Emissão de Relatório de Controle Interno alertando sobre a irregularidade e solicitando providências ao gestor.
Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Os passivos não são pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Emissão de Relatório de Controle Interno alertando sobre a irregularidade e solicitando providências ao gestor.

### 5. Parecer conclusivo

Examinei a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade da Sra. Juliana de Paula Louzada, gestora do Fundo Municipal de Saúde de Muniz Freire/ES, relativa ao exercício de 2016, com objetivo de:



I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Cumprida à Controladoria Geral do Município de Muniz Freire/ES dar ciência a este Tribunal dos dados referente a aplicação de recursos e a execução da programação financeira de desembolso no exercício de 2016. Tal atribuição extrai-se do artigo 122 da Resolução do TCEES N° 261/2013.

Da análise dos procedimentos de controle conclui-se que dos “33” pontos de controle foram encontradas irregularidades em apenas “2”, qual seja: 1) As contribuições previdenciárias que dizem respeito à obrigação patronal e os parcelamentos de débitos previdenciários foram pagos parcialmente; e 2) Os passivos não são pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.

Quanto as contribuições previdenciárias, de acordo com o balancete da despesa por elemento de despesa o débito referente as obrigações patronais perfazem o valor de R\$ 1.227.539,63 (hum milhão duzentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos), já em relação as contribuições previdenciárias referente ao segurado foram devidamente quitados, sendo que os valores retidos em dezembro/2016 foram quitados no mês seguinte, qual seja, janeiro/2017.

Importa esclarecer que quanto ao débito referente a obrigação patronal está sendo pleiteado um parcelamento perante a Receita Federal, visando regularização a situação de inadimplência do Município.

No que diz respeito ao pagamento dos passivos em ordem cronológica de suas exigibilidades verificou-se que em detrimento da grave crise financeira enfrentada por todos os municípios do país, faz-se necessário, na prática, priorizar os pagamentos; já que os recursos estão escassos e os serviços a serem prestados só aumentam.

As irregularidades encontradas podem ser justificadas pela crise econômica que enfrentamos e que se instalou em todas as esferas de governo (nacional, estadual e municipal), outra justificativa é a queda absurda da receita, somada a determinação constitucional que assegura aos servidores públicos a revisão salarial anual (art. 37, inciso X, CF).



municipal), outra justificativa é a queda absurda da receita, somada a determinação constitucional que assegura aos servidores públicos a revisão salarial anual (art. 37, inciso X, CF).

Por todo o exposto, em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam adequadamente com ressalvas a prática de atos de gestão no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Muniz Freire/ES, 13 de março de 2017.

  
**FABÍOLA ALVES LOPES**  
Controladora Geral do Município  
Decreto nº. 7.078/2017